CONTRIBUIÇAÕ À TOPONIMÍA CEARENSE

FLORIVAL SERAINE

Quanto á procedência indígena dos topónimos, pode dizer-se que surgem, em maioria, da língua geral. Contudo, devem existir palavras de origem *tapuia* ou *cariri,* mormente na orografia e na potamografia que, segundo Dauzat, mais conservam as antigas denominações.

"O Cariri — língua falada outrora em quase todo o sertão do Ceará — continua com os seus dialectos conhecidos (*kippéa* e *dezubukúa*) e alguns outros que se extinguiram sem nos deixarem outras indicações mais importantes do que alguns termos geográficos que pontilham os sertões áridos ou semi-áridos do Nordeste" — escreveu Pompeu Sobrinho, no seu interessante folheto "Contribuição para o estudo das afinidades do Cariri" (Ceará, 1928).

O estudioso cearense equivoca-se então quando não estabelece distinção entre *cariris* e *tapuias,* só mais tarde vindo a reconhecer que a família *tapuia* teve como representantes no Ceará os *tarairiús,* que dominavam a maior parte do sertão e certos trechos do litoral, enquanto que os *cariris* viviam numa pequena zona do extremo sul do Estado.

Recentemente, declara num artigo — "A nova toponímia cearense" — que, não eram somente as línguas indígenas *tupi* e *cariri* as que falavam os habitantes primitivos do solo cearense. E que a mais importante, afora as mencionadas, era a de que se serviam os tapuias Canindés, Genipapos, Paiacus, Anassés, Guanansés, Reriús, Acamaçus, Tocarijus, Jaguariguaras, Jaguaraunas, Apuiarés, Jucás, Quixariús, Curatis, etc., infelizmente ainda não bastante conhecida para permitir a interpretação dos respectivos topónimos, porventura os mais abundantes dos sertões que vão do nordeste da Baía ao Ceará. (revista "Valor" — Fasc. I, Ano III — Fortaleza).

A propósito dos *tarairiús* escreve o conceituado etnólogo Estêvão Pinto: "são gês do nordeste (Maranhão, Ceará); são os mesmos tapuias dos quais há notícias em Marcgraf, Barlaeus, Laet e Roulox Baro, aparentados com os pataxós, no dizer de Ehrenreich," etc. Conhece-os também pelo nome de *ots — chucaianas.* Quanto aos *cariris,* o mesmo autor considera como pertencentes a essa família, no Ceará, as seguintes nações de gentios: dos *teremembés;* dos *paiacus;* dos *icós;* dos *cariús* ao lado dos quais coloca os *caratiús,* os *arariús,* os *jucás,* os *genipapos.* ((V. "Os Indígenas do nordeste" — Brasiliana, 1935; págs. 134 a 139).

A cópia de vocábulos tupís — como referiamos — é, sem dúvida, extensa em nossa toponímia.

" A predominancia dos termos tupís é incontestável e as denominações topográficas, mesmo em regiões outrora habitadas pelos Cariris ou outras tribos filiadas a esses — observa Pompeu Sobrinho — são quase todas em tupi. E' assim que, por exemplo, nos sertões do Alto Curu, ao sul da bacia do Caxitoré, onde viviam os índios Genipapos ou Canindés, da língua travada, se vêm nomes genuinamente tupis. No Cariri, a serra principal chama-se Araripe, de etimologia tupi.

As proprias tribos tapuias se denominavam por palavras tupis, como os *jucás* (matadores), os *Caratiús* (batata de tiú), os *canindés*, etc. Efectivamente, a língua dos tupís, o *ineiengatu* (lingua boa) rápidamente penetrou nos sertões com os bandeirantes, com os comerciantes e traficantes que, ou falavam esse idioma, ou se faziam acompanhar de numeroso troço de índios tupis. Eram estes que serviam de guia, de *ciceroni*, e nessa função, iam dando nomes de sua língua aos acidentes geográficos" (V. "Etimologia de algumas palavras indígenas" cit., In. "Rev. do Inst. do Ceará").

Teodoro Sampaio cita como de origem *tapuia*, os seguintes topónimos cearenses: *Quixeramobim, Quixadá, Quixelô, Quixossô, Quimquilerê, Cococi, Sitiá, Coronzó, Quipá* (ob. cit., pág. 44). Pompeu Sobrinho, no trabalho acima referido, ao tractar do vocábulo *Quixeramobim*, discorda do eminente baiano, considerando não só este topónimo como outros dentre os mencionados por T. Sampaio, de procedência tupi. Pelo que escreve o estudioso cearense, é reduzido o número das vozes que se pode afirmar ou, mesmo, apenas julgar, tapuias.

Da extensa lista de palavras indígenas por ele estudadas, destacamos as seguintes: *Cocodê; Coxá* (diz parecer dicção *carire*); *Icó; Oriá; Oriabebu; Oró; Pató* (esta ele afirma ser tapuia); *Patu; Rinaré* (suposição de *cariri*); *Sibiró* (cf. trab. cit. — Pompeu Sobrinho; passim).

Parece-nos, todavia, que devem existir mais topónimos de étimo tapuia, embora se verifique a posterior substituição de muitos nomes primitivos por vocábulos tupis, como se depreende de um exame, feito por nós, aos registos de concessões de sesmarias, datadas dos séculos XVII e XVIII. E' apreciável a cópia de vocábulos indígenas ali mencionados, estranhos aos processos de formação dos termos tupis, vocábulos esquisitos, alguns até longos, que hoje já desapareceram da circulação.

Não podemos assegurar que os mesmos sejam *tapuias* ou *cariris*, mas por curiosidade, transcrevemos os seguintes: *Cururequo, Coquexasi, Coquedê, Coquexaxim, Cuquehore, Oruoú, Oyurê, Quexanoexuque, Aturure, Quincorê, Quinairire, Quiquidesete, Quixatorê, Quixahuá, Quiximxe, Quimami, Quexuture*, todos, designações de riachos ou pequenos rios, afluentes; *Tórêunfô*, home de uma lagoa, e *Quidarêcom, Fixachoxi*, nomes de duas serras (V. "Anais do Arq. Pub. do Estado do Ceará" — Registo de Sesmarias", cit).

E' o mesmo Teodoro Sampaio quem, a respeito, escreve: no interior as denominações *tapuias* prevalecem, designando as aguadas, e as feições mais salientes da região. As montanhas e as chapadas se designam, em grande extensão, pelo nome *Cariri*, do povo mais numeroso que outrora as possuiu. Os rios do interior, que não alcançam directamente o mar donde lhes podia vir a denominação tupi, prevalecente no litoral, têm nomes tapuias (ob. cit., pág. 43). Acerca dos topónimos derivados de línguas indígenas será bom refletir sobre estas palavras de Mota Coqueiro: "entre eles devemos distinguir os nomes antigos, ouvidos e aprendidos

do selvagem com aplicação a facto ou a lugar certo; os ainda antigos, mas já cunhados ou aplicados por emboadas, tapuitingas ou mamelucos que falavam a chamada língua geral nos centros de civilização; os compostos aplicados em qualquer tempo pelas populações autóctones ou não, como simples apelativos vicinais; e finalmente os nomes modernos, que a moda, o prazer de ostentar erudição, ou a *vontade de acertar* puseram em voga após o abastardamento ou extinção local do idioma tupi" ("Monografia da palavra Araraquara" — 2a. edição — S. Paulo, 1.937 — pág. 58).

Por último, lembramos que nunca será demais falar acerca das corrupções que sofrem, através do tempo, os vocábulos designadores de factos geográficos, especialmente os indígenas. António Bezerra, que escreveu algumas observações interessantes sobre o tema, cita o caso de *Alto Santo da Viúva,* hoje *Alto Santo,* que primitivamente foi um nome indígena. E' assim que, á pág. 101 de "O Ceará e os Cearenses", já citado, refere: — "A fazenda Utuva que foi fundada pelo Coronel Grigório de Figueiredo Barbalho, no riacho Figueirêdo, corrompeu-se em Viúva, hoje Alto Santo da Viúva. O povo mudou o Ut de Utuva em Vi de Viúva". Cita ainda outros exemplos, como os de Caixa-só, corrução de Quixoaseú, ou Quixoaçu, nome que passou a Quixo-açó e a Quixosó antes de ser Caixa-só, onde se acha hoje o povoado Iracema; Banabuiú — nome de um afluente do Jaguaribe, que foi concedido em sesmaria, no ano de 1685, ao explorador do sertão cearense Manuel de Góis, que o requereu sob o nome de Bernabeu (V. ob. cit. — págs. 101 e 102). Já apontamos o caso de *Batateira,* que é considerado alteração popular do vocábulo indígena *Itayteira,* havendo também quem ao tractar de *Cafundó,* nome de um córrego, visse na palavra uma alteração de *Sokendó* (Cf. "Chorog." Pompeu; "*Dic. Geog.*" — Alv. Gurgel). Ver a propósito, o magnífico trabalho de Adolfo Coelho: "Sobre a língua portuguesa", na Introdução ao "Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa", de Domingos Vieira (Porto, 1871 — I vol. — no 86.º — "Palavras alteradas pela etimologia popular", em que cita inúmeros vocábulos, que nada mais são do que equívocos e aproximativos, metamorfoses das primitivas formas.

Os casos ditos de *colisão homonímica* não são para desprezar nas investigações etimológicas sobre topónimos. (V. "E'tude de toponimie alpine" cit., págs. 16-20), em que há esclarecimentos e exemplificações do referido fenómeno.

1) ACARAÚ — Por decreto de 5 de Setembro de 1832 a povoação foi elevada á freguesia com a denominação de *Barra do Acaracu,* para onde foi então removida a freguesia de Almofala, mas a lei provincial n.º 1814, de 22 de Janeiro de 1879, art. 1.º, § 6.º, mandou escrever *Acarahu;* e outra lei, n.º 2019, de 19 de Setembro de 1882, elevou a vila á categoria de cidade com a só denominação de *Acarau.* António Bezerra confessa, referentemente a esse vocábulo, a sua surpresa pelo facto de "os documentos escritos no começo do século XVII, relativamente á colonização do Ceará, conservarem de alguns lugares nomes mais afastados da origem do que os que têm presentemente; por exemplo, *Caracu,* que por um acto da Assembleia do Estado foi alterado para Acarahu e significa rio dos acarás, seja mais correcto que o primitivo, pelo qual foi pedido por sesmaria, etc." (op. cit. — pág. 135).

Observamos, no entanto, que na concessão da sesmaria Ribeira do *Caracu,* das terras que já foram pedidas por Daniel Pereira — data e

sesmaria de António Marques da Costa, concedida pelo Capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime em 11 de Novembro de 1717, já se acha escrito: "na ribeira do *Caracu,* hoje *Acarahu",* e que nas primeiras décadas do século XVIII há inúmeras concessões de sesmarias onde se vêm rio e ribeira do *Acarahu* e *Acarahu-mirim* (V. "Anais do Arquivo Púb. do Est. do Ceará" — Ano I — Tomo I — 1933; págs. 7, 8 e 9) — Perdigão de Oliveira refere que a vila do Acaracu foi criada pela Lei provincial n.° 475 de 31 de Julho de 1894 ,trab. cit. In "Rev. Inst. do Ceará" — Ano II — Tom. II — 1.° Trim. de 1888). Teodoro Sampaio, tractando da etimologia do vocábulo, esclarece: "corrução de *acará-hy,* pronunciado incorrectamente *acará-hu* e *acará-cu,* rio dos acarás". Considera errônea a interpretação fornecida por Alencar.

Segundo o Barão de Studart: "outrora *oficinas,* depois Barra do *Acaracu"* ("Geog." cit., pág. 316). A sua etimologia é: *acara-hy,* rio dos acarás ou carás (peixe) — Id. pág. 345).

(2) AQUIRAZ — E' a mais antiga vila do Ceará, segundo decisão da Ordem Régia de 18 de Janeiro de 1760 ("Dic. Geog. Hist. Descrit. do Ceará" — Álv. Gurgel de Alencar — pág. 21).

"No governo de Gil — *Francisco Gil Ribeiro* (16 de Julho de 1700) inaugurou-se a primeira vila, cujo termo compreendia o território de toda a Capitania. Os homens principais da colonia escolheram para sede o lugar — Aquiraz, contra o voto do governador, o que foi parte para litígio longo, conflitos e mortes entre os dois partidos que se levantaram, a saber, os militares, que queriam a vila no lugar do presídio, e os plantadores, que opinavam pelo Aquiraz. Apesar-de ordens positivas de Lisboa e Pernambuco, para que a vila fosse neste último lugar, ela só se estabeleceu ali definitivamente em 1713, tendo estado ora em Aquiraz, ora na barra do Ceará, ora no local da Fortaleza, ou *Forte* "como então chamavam" (Ceará —Homens e Factos — João Brígido — pág. 20). (Ver a propósito — "História da Província do Ceará" — T. A. Araripe — págs. 108 e segs. até 111; "Esboço Histórico sobre a Província do Ceará "— P. Théberge. 1a. parte — pgs. 111 e 112).

Paulino Nogueira, estudando a palavra Aquiraz em seu "Vocabulário Indígena", escreve: "Araripe, *Hist. cit.* p. 110, dá como nome português de uma antiga vila de Portugal; mas não resta dúvida que é indígena. Se não o fosse deveria constar do *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro, ou do *Dicionário Geográfico* de Paulo Perestelo da Camara; e entretanto de ambos não consta. Por outro lado, se ainda não fosse, a *Aquiraz* deveria ter procedido um nome indígena, como acontece com os demais lugares da Província; e também nada consta a este respeito. Ao contrário, folheando-se os antigos registos da Camara Municipal do Aquiraz, neles encontra-se repetidas vezes — *Aquiras, Akirás, Akirazes* — gentio desta terra". Acha o mesmo autor que o nome primitivo deveria ser *Igikirá,* de *ig* agua, *iki* pouco, vizinho, perto, e *yrá* adiante; significando — água pouco adiante.

"Depois — continúa o citado historiador — corrompeu-se em *Agoaikirá,* já traduzido para o português — ig, como se encontra ainda em muitos vocábulos, como *Aguatu,* etc."

"O indígena, que aí chegasse, diria naturalmente — *ig — iki — yrá, agoiakirá,* ou *aquiraz,* como actualmente se escreve; isto é,água pouco adiante. Resta a resolver uma objecção.

O *marquês de Pombal, receioso de que, pela importancia que ia to-*

mando na colónia a língua tupi, viesse a ser prejudicada a portuguesa, entre outras medidas tomou a de ordenar ao Governador de Pernambuco, por Carta Régia de 6 — 5 — 1758; *que elevasse a categoria de vila, com os nomes de lugares da metrópole, as aldeias fundadas pelos jesuítas, e que contassem, cada uma, de* 50 *fogos para cima;* pelo que aquele Governador baixou ao Capitão-mor da Capitania do Ceará a Ordem de 6 de Agosto de 1763, em virtude da qual passaram *Macaboqueiro* a Granja ,etc. *Aquiraz* não sofreu mudança de nome porque já era vila, e a Ordem não podia retrotrair a ela, do mesmo modo por que não pôde retrotrair ao *Ceará,* antiquíssima denominação da Capitania, antes *País do Jaguaribe"* (In "Rev. do Inst. do Ceará" — Ano I, Tomo I, 4.° trimestre de 1887 — págs. 220 e 221 — trab. cit.).

O Sr. J. B. Perdigão de Oliveira, em trabalho publicado na Rev. do Inst. do Ceará (Ano II Tomo II; 1.° Trim. de 1888) escreve á pág. 35: "Na Carta Régia de 14 de Setembro de 1758 não se tracta da denominação que devia ser dada ás novas vilas; assim pois labora em equívoco o ilustrado Sr. Dr. Paulino Nogueira, quando diz em seu bem trabalhado artigo sobre a origem da palavra Aquiraz, que "O Marquês de Pombal receioso de que pela importancia que ia tomando na colónia a língua tupi, viesse a ser prejudicada a portuguesa, entre outras medidas tomou a de ordenar ao Governador de Pernambuco por Carta Régia de 14 de Setembro de 1758, que elevasse á categoria de vila com os nomes dos lugares da metrópole as aldeias fundadas pelos Jesuítas". O que o Marquês teve em vista, repetimos, foi tirar toda a ingerência que aqueles missionários tinham no governo temporal dos índios, sequestrar-lhes os bens, e, depois, expulsá-los do Brasil!..."

A verdade porém é que, em virtude dos actos administrativos então verificados, fundaram-se no Ceará as vilas de *Arronches, Messejana, Crato, Soure* e *Viçosa.*

Sobre o histórico de Aquiraz, ver "A primeira vila da Província — Notas para a história do Ceará" — J. B. Perdigão de Oliveira. In. "Rev. do Inst. do Ceará" — Ano I — Tomo I, 2.° e 3.° Trim. de 1887).

Malte-Brun não regista como nome de localidade portuguesa, e sim, do Brasil, Ceará (V. "Dictionnaire Géographique portatif". Paris. Froment et Lequien, 1828 — 1a. parte, pág. 38). No "Dic. Geog. Univ." cit. Tomo I, pág 363 — *Aquiraz* figura como pequena vila do Brasil", na parte N.E. da Província e a 10 l. 3/4 de Ceará, na margem direita do Ceará e perto da lagoa que lhe dá seu nome". Não há referência á localidade de Portugal com essa denominação.

Teodoro Sampaio (ob. cit.; pág. 202) escreve a propósito: *"Aquiraz* — de *a-qui-rá,* cata piolho. *A-qui* é o piolho de gente, ou o da cabeça; *rá* é sufixo que exprime tirar, colher. Também pode ser corrupção de *aquiráa,* caroço grande de fruta — Montoya. Nome primitivo de uma cabilda de selvagens do Ceará". O Barão de Studart em sua "Geografia do Ceará" escreve que "outrora habitada pelos índios Akirazes ou Akirás (ob. cit., pág. 317) e fornece do vocábulo a seguinte etimologia: *ig-iki-yrá,* água pouco adiante(ob. cit., pág. 345), a mesma de Paulino Nogueira, acima indicada.

(3) BATURITÉ — A missão de Nossa Senhora da Palma, que fazia parte da freguezia de Aquiraz, ao lado do poente, era habitada por índios da língua travada chamados Genipapos e Canindés, foi elevada á categoria de vila, inaugurada a mesma aos 14 de abril de 1764, rece-

bendo a denominação de *Monte-mor o novo d'América,* nome que anteriormente já havia sido aplicado á vigararia a que fora elevada por Ordem Régia, a missão dos Paiacus, depois extinta. *Monte-mor* o velho foi o nome que recebeu posteriormente a missão dos Paiacus, com a restituição dos índios, que haviam sido antes transferidos para a vila de Porto-Alegre, no Rio Grande do Norte (V. trab. cit. de Perdigão de Oliveira).

Paulino Nogueira diz que *Monte-mor* é o nome de uma vila do Alemtejo ,em Portugal. O "Dic. Chorog. de Portug." de Bettencourt, regista *Monte-mor o novo* e *Monte-mor o velho;* a segunda — vila, cabeça de concelho e de comarca, distrito e arcebispado de Évora (ob cit. — págs. 117 e 118). Manteve o nome indígena *Baturité* pela lei provincial n.° 226, de 9 de Janeiro de 1841, que a elevou a comarca e por outra, n.° 844, de 9 de Agosto de 1857, que lhe deu a categoria de cidade. Théberge adianta que Baturité era também o nome de uma tribo, que habitava a serra do mesmo nome, e os sertões ao sul dela (ap. Paulino Nogueira — trab. cit.) Etimologia do vocábulo: *ibi-tira-ete,* terra alta, serra por excelência (Studart — "Geog." cit., pág. 345).

(4) CAUCAIA (ex-Soure) — Sede da antiga missão da *Caucaia* (termo indígena que significa mato-queimado), administrada pelos Jesuítas. Os índios que aí estiveram pertenciam á nação dos Potiguares. A denominação *Aldeia da Caucaia* assinala uma "data e sesmaria do padre Manuel Coelho de Lemos, de uma sorte de terra de meia légua junto da *aldeia da Caucaia,* concedida pelo Capitão-mor Manuel Francês, em 7 de Maio de 1723 (V. *"Anais do Arq. Púb. do Ceará",* cit. — pág. 60).

Elevada a freguesia no dia 5 de Fevereiro de 1759 e a vila — Vila Nova de Soure — em 15 de Outubro do mesmo ano, em cumprimento á Carta Régia de 6 de Maio do ano anterior, com uma denominação — SOURE — que já era aplicada a uma antiga ordem honorífica de Portugal (dos moinhos de Soure) e a uma vila e freguesia do bispado de Coimbra (V. Paulino Nogueira — "Voc. Indig." — cit., verb. *Caucaia*). O topónimo *Soure* vem na "Crónica dos feitos de Guiné, de Zurara (edição cit., pág. 40). Malte-Brun ("Dic. Geog. port., cit.; 2a. parte, pág 832) refere Soure — p. vl. Portug. 10 l. n. Leiria. O "Dic. Geóg. Univ.", cit., (Tomo IX; pág. 399 — Paris, 1832) diz no verbete de Soure: "localidade de Portugal, prov. de Estremadura, comarca e a 8 h. 1|4 n. de Leiria e a 5 l. 1|2 S. S. O. de Coimbra. Fundada em 1111 pelo conde D. Enrique e destruída pelos mouros em 1118; mandada reconstruir pela rainha Da. Teresa, esposa de D. Afonso Enriques".

O "Dic. Chorog. de Portug." (ed. cit.), de Bettencourt, regista *Soure* á pág. 176: "vila, cabeça de concelho e de comarca, distrito e bispado de Coimbra. O concelho deste nome tem 12 freguesias." A vila tem sido extinta, mas actualmente é termo da comarca de Fortaleza, possui juiz municipal.

De acordo com o último Decreto-lei, a denominação *Soure,* que era vigorante, foi substituída oficialmente pela de *Caucaia.*

(5) CRATEÚS —Vila com a denominação de *Príncipe Imperial.* Ao surgir a República, em 1889, por decreto do Governo Provisório do Ceará, lhe foi dado o nome de *Carateús,* que é o do sertão em que se acha localizada (V. "Dic. Geog. Hist. do Ceará", cit., pág. 80).

CARATEÚS era também o nome de uma tribo que habitava esse sertão, entre a serra da Joaninha e da Ibiapaba; bravia como a dos Areriús (Araripe — *Hist.* P. 15. Ap. Nogueira — "Vocab. Indig." cit).

A vila foi criada por Decr. de 6 de Julho de 1832, desmembrada do Município piauíense de Marvão, e transferida da então província do Piauí para a do Ceará, pela Lei Geral 3.012, de 22-11-1880. Elevada a cidade em 1911. O Eng.º Pompeu, o da "Chorographia", informa que originàriamente foi a povoação de *Piranhas*, sita á margem do Alto Poti. Diz o B. de Studart que este nome vem de uma fazenda aí situada, pertencente a Luisa Coelho da Rocha Passos ("Geog." cit., pág. 322). A etimologia é: *carateú*, batata de teú (uma variedade de lagarto) — Studart, ob. cit.

(6) GUARACIABA (ex-Campo Grande) — Antiga *Vila Nova d'El-Rei*, criada no século passado, e extinta por lei de 26 de Agosto de 1842, que erigiu em vila o povoado, onde hoje se acha a cidade do Ipu. Foi outrora aldeia dos indios Tabajaras. Vila por lei provincial n.º 1.789. de 10 de Janeiro de 1879, desmembrada do Município de Ipu. Por Decreto n.º 26 — A — de 8 de Julho de 1890, foi criada a comarca de Campo Grande, desmembrada da do Ipu; hoje suprimida.

De acordo com o último Decreto-lei, de *Campo Grande* passou a *Guaraciaba*, Município e termo da comarca de São Benedito.

(7) ICÓ — Ao ser povoado, teve o nome de povoação do Salgado, tendo sido seus princípios, na opinião do Dr. Pedro Théberge, de 1630 a 1690. Duas tribos, a dos *Icós* e a dos *Icózinhos*, são referidas pelos historiadores, como habitando na região.

Icó é também nome de uma árvore que abunda nas margens do Jaguaribe e resiste ao verão sempre verde: dá uma frutinha do tamanho de uma pitomba, nociva aos animais porque os embebeda (Paulino Nogueira —trab. cit.). Quando simples arraial, teve a denominação de *Arraial de Nossa Senhora do O*, localidade á margem direita do rio Salgado. Erigida em vila pela Carta Régia de 17 de Outubro de 1736. Foi criada freguesia sob a invocação de Nossa Senhora da Expectoração, por provisão de 6 de Abril de 1764.

No dia 1 de Outubro de 1824 foi jurada a república no Icó, e lido o decreto de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que ordenava um empréstimo forçado. Elevada a cidade pela Lei provincial n.º 244, de 25 Outubro de 1842.

Houve quatro sesmarias como nome de *Icó* (ribeira e serra), datadas da 2a. década do século XVIII ("Anais do Arq. Púb. Ceará", cit., pág. 101).

(8) IPU — Primitivamente foi denominada *Vila Nova D'El Rei*, quando criada, em Campo Grande, pelo alvará de 12 de Maio de 1791. De Campo Grande foi transferida para o local onde se acha hoje a cidade. A transferência da vila foi realizada por Lei provincial de 26 de Agosto de 1840, com o nome de *Vila Nova do Ipu Grande* (v. "Dic. Geog. Hist. Desc. do Ceará", cit. — pág. 192).

Paulino Nogueira, a propósito, escreve: "Em virtude da Carta Régia de 6 de Maio de 1758, a povoação do Ipu Grande passou a vila com a denominação de *Vila Nova D'El Rei*, compreendendo o Campo Grande; mas eram tantas as intrigas nesse lugar (dizem Aires do Casal e Millet) que o povo passou antes a chamá-la *Vila Nova dos Enredos*. As [illegible]s provinciais n.º 200, de 26 de Agosto de 1840, e n.º 261, de 3 de Dezembro de 1842, transferiram a vila para o Ipu Grande com a denominação de *Vila Nova do Ipu Grande* ("Voc. Ind." cit.). A comarca foi criada por Lei provincial de 31 de Agosto de 1848, com a simples denominação de *Ipu*, com que foi elevada a cidade em 25 de Novembro de 1885.

Teodoro Sampaio, tractando da etimologia do vocábulo, considera: "composto de *y-pú*, água surge ou ferve; manancial, olho dágua, fonte, minadouro" (ob. cit., pág. 228). O Barão de Studart considera "contração de *ipohú*, pantano, alagadiço" (ob. cit., pág. 346). O peq Dic. Bras. traz o brasileirismo, com a interpretação de T. Sampaio, definindo-o: terreno húmido, adjacente ás montanhas, formando várzeas ou vales, por onde correm as águas que delas derivam.

(9) PARANGABA — Em seu livro "Ceará — Homens e Factos" (pág. 12), João Brígido refere que, em 1607, os jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, desembarcados no Ceará com uma comitiva de portuguêses e índios do Rio Grande, já catequisados, em sua passagem pela região do Mucuripe, fizeram amizade com o chefe tapuio *Amanai* ou Algodão, e com o auxilio deste fundaram as aldeias de *Caucaia* (Soure), *Porangaba* (Arronches), *Paupina* (Messejana) e a de *Pitaguari*.

Porangaba foi a primeira aldeia dos Potiguares, missionados pelos jesuítas — na opinião de alguns estudiosos. Vila e freguesia em 26 de Maio de 1759 com o nome — *Arronches* (Vila Nova de Arronches) e a invocação, que ainda hoje tem, de Bom Jesus dos Aflitos. O Barão de Studart. (ob. cit., pág. 39) dá a erecção da vila em 25 de Outubro de 1759. Foi extinta a vila em 1883 pelo Conselho do Governo, e a freguesia, em 1835, sendo anexada á da Capital. Pela segunda vez elevada a vila pela Lei provinicial de 25 de Novembro de 1885, desmembrada da Capital, sendo a sua instalação em 1888. ("Dic. Geog. Hist." cit., pág. 307).

Arronches veio do nome igual de uma vila de Leiria, em Portugal, já decantada por Camões, Lusíadas, C. 3.° E. 55. e C. 8.° E. 19 ("Vocab. Ind." — P. Nog.; verb de *Porangaba*). O Dicionário dos Lusíadas"— de Afranio Peixoto e Pedro A. Pinto (Liv. Francisco Alves — 1924 — Rio) regista *Arronches* — vila portuguesa no Alemtejo, distrito de Portalegre. — O "Dic Geog. Univ." cit. (Tomo I, pág. 428 — Out. 1823) apresenta: "*Arronches, Septem — Aroe,* localidade de Portugal, prov. de Alemtejo, comarca e a 5 1. 3|4 S. S. E. de Portalegre, na confluência do Coya e do Alegrete. Tem 1 igreja, 1 convento, 1 hospital e 1 hospício. 3.000 habitantes. Cita também *Arronches, no Ceará* ,estando ainda no verbete respectivo: "povoada de índios, brancos e mestiços, que cultivam mandioca, algodão e arroz (Ib. Id.), O Dic. de Simões da Fonseca, cit., traz Arronches — vila antiquíssima do distrito de Portalegre.

Quanto á etimologia de *Porangaba,* a mais corrente é a que apresentaram, entre outros, Martius, G. Dias e Pompeu, com o significado de *beleza.*

Paulino Nogueira opina que *porangaba* é simplesmente o nome de uma *cunhã* bonita, que o deu á lagoa desse sítio e, posteriormente, a um poemeto da autoria de Juvenal Galeno. E lembra que se dizia muito, no Ceará, que devia viver feliz quem possuisse estas cinco coisas: — *tainhas do Cocó, farinha do Tipuhu, água da Jacarecanga, cunhãs de Porangaba e laranjas do Gererahu.* (trab. cit., verbs. de *Porangaba* e *Tipuhu*). Pompeu Sobrinho acha que a grafia primitiva do vocábulo era *Parangaba* — de *para* (mar) -|- *angaba* (aparência, desaparecido), etimologia que julga mais consentanea com a índole dos selvagens (V. "Etimologia de algumas palavras indígenas", cit.). O B. de Studart adopta a grafia *Parangaba.* (V. "Geografia do Ceará" — pág. 338) com o significado de *beleza.*

Stradelli (ob. cit.; pág. 622) refere: "*Purangáva* — o belo, o bonito — Purangaba". — "Puranga — bonito, *belo* -ı- *áua* — sufixo que

dá ás palavras que forma, um significado de substantivo. É aditado sem alteração ás palavras que acabam por consoante ou vogal acentuada, perde um *a* perante o *a* final e mais raramente as outras vogais, quando não acentuadas" (Stradelli — ob. cit.; págs. 622 e 383). — Couto de Magalhães traduz bonito em "*puranga* (porãnga) — "Curso de Língua tupi viva ou nheengatu", cit.; pág. 18) e á pág. 65 da mesma obra esclarece: "Em vez de dizerem *alguma cousa boa* eles dizem *alguma cousa bonita.* Bondade física para eles é o mesmo que boniteza, e vice-versa". No "Vocabulário da Língua Brasílica" cit. (pág. 132) *bonita cousa* corresponde a *porãgui.* Teodoro Sampaio regista "Porangaba — substantivo: a beleza, a formosura" (ob. cit.; pág. 260). E, ocupando-se dos substantivos derivados de adjectivos, entre outros, cita de "*poran,* belo, formoso — *porangaba,* beleza, formosura" (ob. cit., pág. 61). António Bezerra acha que o nome antigo era *Parangava,* transformado em Porangaba pelos portugueses desembarcados do norte de Portugal, que costumavam trocar o *v* pelo *b,* em vocábulos como este e inúmeros outros, a saber: *Jaguarive* por *Jaguaribe, Buapava* por *Ibiapaba, Parayva* por *Parahyba,* assim por diante, o que posteriormente viria dificultar sériamente as interpretações etimológicas. ("O Ceará e os Cearenses", cit. — pág. 112). Porangaba era a *Imboena Ponga* dos índios, seg. refere Studart, da lagoa (ob. cit., pág. 241).

(10) QUIXERAMOBIM — Foi por muito tempo uma povoação de pastores, até que pela Provisão de 15 de Novembro de 1755, foi criada freguesia sob a invocação de Santo António de Pádua; por Carta Régia de 13 de Junho de 1789 foi elevada a vila com o nome de *Vila Nova de Campos Maior de Quixeramobim* (V. "Dic. Geog. Hist. Desc. Est. do Ceará" cit. — pág 321). A propósito esvreve Perdigão de Oliveira (art. cit. in "Rev. Inst. Ceará" — págs. 40 e 41): "Em carta de 10 de Janeiro de 1789, o Ouvidor Geral da Capitania do Ceará e Corregedor da Comarca. Dr. Manoel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, representou ao Governador de Pernambuco de "quanto seria útil ao serviço público, á administração da justiça e ao real serviço que se erigisse em vila a povoação de Santo António de Quixeramobim, para nela se recolherem e congregarem os homens vadios que como feras vivem espalhados pelos sertões, separados da sociedade civel, cometendo desordens e toda a qualidade de delitos, que as justiças não podiam coibir por não lhe chegar a notícia, ou a tempo tal que as averiguações tornavam-se infrutíferas".

Acrescentava o mesmo Ouvidor que: "desterrada esta abominável desordem com a criação da vila, se atrairia e obrigariam nela a viver os homens errantes e inoficiosos de seu distrito; que por eles se repartiriam o tráfico e misteres da sociedade; que se civilizariam os povos d'arredor;promover-se-ia a ordem e felicidade pública; aplicar-se-ía o pronto castigo aos facinorosos para escarmento de outros, adiantar-se-ía a desprezada e necessáríssima agricultura e aumentaria a comunicação e comércio interior destes países". Em vista destas considerações, o Governador de Pernambuco, que nesse tempo era D. Tomás José de Melo, concede-lhe por Ordem de 20 de Fevereiro do mesmo ano (1789) autorização para erigir em vila a dita povoação de Santo António de Quixeramobim, sob a denominação de *Campo Maior".* A inauguração da vila foi realizada a 13 de Junho de 1789, data que João Brígido errôneamente dá como a da criação da vila.

Araripe (*Hist.* cit., pág. 65) diz que o rio Quixeramobim era chamado Rinaré pelo gentio e os colonos denominavam Kiaremobim. "Quixeramobi era o nome da serra e não do rio, e em todos os documentos antigos se acha assim escrita aquela palavra" — escreve António Bezerra á pág. 145 do "Algumas origens do Ceará". (Fortaleza, Ceará — 1918).

A Lei n.° 765, de 14 de Agosto de 1856, elevou a vila á categoria de cidade, mantendo a denominação de *Quixeramobim,* que é ainda hoje a oficial.

Paulino Nogueira prefere como etimologia do vocábulo: — carne gorda: de *quirán* (gorda) -|- *mbiú* carne.

Pompeu Sobrinho escreve acerca da etimologia do vocábulo: "Primitivamente esta palavra se aplicava não ao rio, mas a um serrote próximo da actual cidade. O rio chamava-se *Ybu.* A antiga grafia do vocábulo era *Kieramobim. Kierá* é corrutela de *quirá* ou *Kirá* (pássaro) -|- *obim* (verde). T. Sampaio julga que se tracta de uma dicção tapuia, assim como *Quixadá, Quixará, Quincunquê,* etc. Não nos parece tal e as análises que conseguimos fazer, em perfeito acordo com os caracteres da língua tupi, o confirmam ("Etym. de algumas palavras indigenas" cit.).

Há inúmeras sesmarias registradas com esse nome — *Quixeramobim* (rio e ribeira do), as concessões com data de 1733, 1791, 1734, 1702, 1706, 1708, 1722, 1732, e 1707 (V. "Anais do Arq. Púb." cit., págs. 178 e 179).

(11) TAUÁ — Povoação elevada a vila com o nome de *São João do Príncipe.* A respeito escreve Perdigão de Oliveira: — "Em 14 de Dezembro do mesmo ano de 1801, o (mesmo) Governador Bernardo Manuel de Vasconcélos, firmado ainda nas disposições da Ordem Régia de 22 de Julho de 1766, baixa uma Portaria determinando ao Ouvidor Gregório José da Silva Coutinho que se transportasse á povoação de Tauá, onde existia um julgado, e reconhecendo nele as circunstancias para erigir-se em vila, fizesse levantar pelourinho, sob a invocação de São João do Príncipe, no dia em que parecesse mais conveniente a nobreza e povo. O Ouvidor Coutinho responde em 10 de Janeiro de 1802, dizendo que, concluída a correição a que estava procedendo na vila do Crato, iria dar cumprimento áquela ordem de criação da vila. Fazendo um histórico do que até aqui temos relatado, o mesmo Governador comunica, em ofício de 30 de Setembro de 1802, ao Ministro da Fazenda e Presidente do Real Erário (D. Rodrigo de Sousa Coutinho) que os julgados de Russas e Tauá tinham efectivamente sido erectos em vilas, o de Tauá sob a denominação de São João do Príncipe, como ele (Governador) determinara, e o de Russas sob a de São Bernardo do Governador — como também determinára, em lugar de São João do Bispo, como fora assinado na ordem dos Governadores de Pernambuco "(art. cit. In. "Rev. Inst. Ceará" — Ano II — Tomo II. 1.° trim. de 1888 — Perdigão de Oliveira).

Primitivamente foi a aldeia Tauá, onde os jesuítas missionaram, catequisando índios.

A Lei n. 485, de 14 de Outubro de 1898, fez a vila de São João dos Inhamuns, nome que já tivera a localidade, voltar á denominação indígena que ainda hoje apresenta — *Tauá.* São João dos Inhamuns — séde da comarca, era São João do Príncipe, cujo nome foi mudado pelo Decreto n.° 1 — de 2 de Dezembro de 1892 (V. "Dic. Geog. e Hist." cit. — pág. 390). A etimologia do vocábulo, fornecida por Paulino Nogueira, é a seguinte, concebida antes por Gonçalves Dias: — *tauá* barro amarelo,

Stradelli define *tauá* — amarelo, cor de barro, cor de terra; barro. (ob. cit., pág. 669). Couto de Magalhães regista *tauá*: amarelo (ob. cit., pág. 127). O B. de Studart define: argila amarela, barro (ob. cit., pág. 347), sem decompor o vocábulo.

Teodoro Sampaio esclarece: "alteração de *taguá,* contracção de *itá-guaba,* pedra ou argila de comer; corrução de *itá-guá,* pedra, ou argila variegada, de cores diversas" (ob. cit., pág. 267).

Bernardino José de Sousa refere *tauá*: alteração do tupi *taguá-* amarelo, nome de uma argila amarelada, empregada na indústria, da louça de barro fabricada no interior do País ("Onom. Geral da Geog. Bras." cit., pág. 276).

Candido de Figueiredo ("Novo Dic. da L. Portug." — II vol. — 4.a edição; pág. 791) define *tauá* — "n.m. *Brasileirismo.* Peróxido de ferro; taguá. Adj. *Bras.* Amarelo (termo tupi)". — O "Peq. Dic. Bras. da L. Port". traz no verbete de *tauá* — "n.b. (Bras.) Pedra amarela argilosa, de peróxido de ferro, empregada para colorir a louça de barro; a tinta extraída dela".

Acerca de *tauá,* ver ainda "O tupi na Corografia Pernambucana" — por Alfredo de Carvalho. In. "Rev. do Inst. Arch. e Geog. Pernambucano". "Vol. 12 — ns. 65 — 70; pág. 415).

(12) URUBURETAMA — Por Decreto Estadual n.° 34 — de 1.° de Agosto de 1890, foi elevada á categoria de vila a povoação de *São João do Arraial.* A Lei n.° 526, de 28 de Julho de 1899, restaurou a vila e o termo de São João do Arraial, sob a denominação de *São João de Uruburetama.* Com o nome de *São João da Imperatriz* foi criada a freguesia, sendo elevada a categoria de matriz, a Capela de S. João do Arraial, por Lei provincial n.° 2.112, de 15 de Dezembro de 1885. S. João do Arraial continua a ser o nome da Paróquia, a qual pertence ao arcebispado de Fortaleza.

Embora seja o nome *Uruburetama* oficialmente, o povo continua chamando a localidade de Arraial.

A etimologia do vocábulo indígena, apresentada pelo Barão de Studart, é a seguinte: *uruburetama,* pátria, região dos urubús.

(13) MUCURIPE — O vocábulo é incontestávelmente indígena, e de origem tupi. Quanto á sua etimologia, divergem as interpretações.

Alencar, no Iracema, adota a seguinte: de *curib* alegrar, e *mo* partícula ou abreviatura do verbo *monhang* fazer, que se junta aos verbos neutros para dar-lhes significação passiva: *fazer alguém alegre.* Segundo do Martius, significa o termo: lugar do *mucuri,* de *mucury,* árvore do litoral de um fruto cheiroso que se come. Paulino Nogueira acha que a verdadeira etimologia é esta: de *mocó* e *ipé* lugar onde abunda alguma cousa: *lugar abundante em mocó.* Já houve até quem achasse razoavel interpretar *Mucuripe* como lugar ou rio das *mucuras,* salvo equívoco ou omissão da nossa parte.

Boa vontade, e até convicção de seguro roteiro científico, nunca faltou a tantos dedicados cultores da etimologia indígena !

Lembramos que além da povoação e enseada, e do morro com farol, no litoral ,a uma légua e meia de distancia a leste de Fortaleza, há uma serra com o nome MUCURIPE, no termo de Santana, 30 Kms. ao norte da cidade deste nome. (V. "Dic. Geog. Hist." cit. págs. 256 e 257).

MUCURIPE será o local do futuro grande porto do Ceará, o qual de

certo não tardará muito a funcionar, adiantadas como vão as obras da sua construção, entregues a abalisados técnicos.

Muito e muito se tem escrito sobre o porto do Ceará e sobre Mucuripe, figurando este nome ou variantes suas, em cartas antigas.

Alguns escritores acharam mesmo ser a ponta deste nome o Cabo de Sta. Maria de la Consolation.

(14) LAVRAS DA MANGABEIRA — Antiga povoação de São Vicente Ferrer, depois *Lavras* (Lavras da Mangabeira) em razão dos terrenos auríferos e da mineração, que fizeram, no século passado, alguns naturais da Província de Minas, sem grande resultado, e mesmo assim mandada cessar por Carta Régia de 12 de Setembro de 1758, como desvantajosa ao erário ("Corog. do Ceará" — Pompeu; pág. 196). Elevada a vila por Alvará de 27 de Julho de 1816. Cidade por Lei provincial n.° 2.075 — de 20 de Agosto de 1884.

De acordo com o Decreto-lei n.° 1.114, de 30 de Dez. de 1943, deixou de ser *Lavras* simplesmente, passando a *Lavras da Mangabeira.*

(15) VIÇOSA DO CEARÁ — Séde da antiga missão dos índios *Camocins, Anacés* e *Arariús,* pertencentes á nação Tabajara, catequisados e aldeados pelos jesuítas, no princípio do século XVIII. Os jesuítas aí fundaram um hospício. Foi inaugurada a vila aos 7 dias do mes de Julho de 1759, criada a mesma em virtude do Alvará de 8 de Maio de 1758, Ordem Régia e Carta Instrutiva de 14 de Setembro do mesmo ano e Ordem do Governador de Pernambuco de 16 de Maio de 1759. A denominação que recebeu foi de *Vila-Viçosa — Real d'America.*

Emendando João Brígido, que diz ter sido criada a vila no lugar outrora Taboinha, Perdigão de Oliveira declara que, nos documentos oficiais de que possuia cópia, as referências são todas á aldeia ou povoação de Ibiapaba, e não a Taboinha (trab. cit. in "Rev. do Inst. do Ceará"). Mas Pedro Ferreira, em seu Dicionário Histórico e Gográfico da Ibiapaba, "escreve, ás págs. 163 e 164, a propósito do aldeamento que foi, outrora, Viçosa: "aquele aldeamento que era conhecido pelo nome de "Tabainha", foi desbravado provavelmente, no ocaso do século XVI pelos Franceses, vindos do Maranhão"...

Comarca já com 75 anos de existência, em 1934 foi suprimida, ficando como termo da comarca de Granja, no que ainda permanece, Foi elevada a cidade pela Lei n.° 1994, de 14 de Agosto de 1882 ("Dic. Geog. Hist. do Ceará" — Álvaro Gurgel de Alencar; pág. 408). Pelo último Decreto-lei, de *Viçosa* passou a *Viçosa do Ceará.* O"Dicc. Chorog. de Portugal", de Bettencourt, regista *Vila Viçosa*: vila, 2 freg.: São Bartolomeu e Na. Sra. da Conceição; cabeça de concelho, comarca de Estremoz. distrito e arcebispado de Évora. O concelho deste nome tem 6 freguesias (ob. cit., pág. 200).

NOTA — Para um estudo etimológico minucioso dos nomes indígenas da geografia cearense, dos quais — é preciso que se diga — registamos apenas um limitado número, busquem-se os trabalhos de: Paulino Nogueira — "Vocabulário Indíg. em uso na Província do Ceará", citado inúmeras vezes no curso deste trabalho; Tomás Pompeu Sobrinho — "Etimologia de algumas palavras indígenas", também citado; Antonio Bezerra, enfeixados em "O Ceará e os Cearenses" — págs. 91 a 141; Teodoro Sampaio — "Da Evolução histórica do vocabulário geográfico" (In "Rev. do Inst. do Ceará" — Ano 16 — Tomo 16. 3.° e 4.° trimestres de 1902), e "O Tupi na Geografia Nacional" um dos melhores estudos no

género, que no fim do volume traz um magnífico vocabulário da língua tupi. Há ainda, digna de registo, uma carta do mesmo autor, dirigida a António Bezerra — In "Rev. da Academia Cearense" — 1903.

— — — — — —

NOMES DE ORIGEM AFRO-NEGRA

Os que podemos apresentar são expressões já incorporadas ao português geral ou, quando nada, registadas pelos especialistas, como de todo o Brasil. Senão vejamos: CACIMBA — pequena enseada, próxima á cidade de Acaraú. São ainda registados: CACIMBA de Cima, CACIMBA do Povo e CACIMBAS, respectivamente no termo de Santa Cruz, em Aracati, em São Benedito e no Município de Assaré. Em 7 de Julho de 1717 foi concedida pelo Captão-mor Manuel da Fonseca Jaime uma sesmaria a João de Almeida Vieira, de 3 léguas de terra "no *riacho das Cacimbas* que nasce do Sul para o Norte, e confronta com dois serrotes que ficam entre o rio Jaguaribe e o riacho dos Jucás". Em 16 de Julho de 1683, foi concedida uma sesmaria pelo Capitão-mor Bento de Macedo Faria a Pedro Farto e seus companheiros de "três léguas de terra em quadro *das cacimbas da Ponta do Sul* pela costa para banda do rio Panema, que estão devolutas". Uma sesmaria foi concedida também a José Martins de Andrade, em 28 de Agosto de 1815, de três léguas de terra no *riacho Cacimba Fria, no Icó,* pelo Governador Manuel Inácio de Sampaio (V. "Anais do Arq. Púb. do Estado do Ceará", cit., págs. 42 e 43). Há ainda *Cacimbas das Éguas,* uma sesmaria concedida em 5-8-1812, pelo Governador Sampaio a José Baptista de Melo.

CAFUNDÓ — ribeiro em Goianinha e no Jardim. Segundo referimos anteriormente, em relação ao curso d'água de Jardim, será uma corrução de Sokendó?

DENDÊ — córrego no distrito de Parangaba.

LOANDA — Sítio no sopé da serra do Araripe.

MAXIXE — lugar do Município de Maria Pereira.

MOCAMBO — povoação no termo de Ibiapina. Encontra-se no Estado também o açude MOCAMBINHO, em Sobral. Houve a concessão de uma sesmaria de 3 léguas de terra no olho d'água MOCAMBO, a José Bernardo Uchoa, em 2 de Março de 1746, pelo Capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses ("Anais Arq. Pub." ci.t, págs. 138 e 139). Outra sesmaria foi concedida antes, isto é, em 23 de Junho de 1731, de seis léguas de terra nos riachos da *Passagem* e do *Mocambo,* na serra da Ibiapaba, pelo capitão-mor Salvador Alves da Silva a Domingos da Costa Araújo (ob. cit. pg. 247).

MOLEQUE — lagoa no Município de Aracati.

MOMBAÇA — sertão em que se acha o termo de Maria Pereira e nome actual de *Maria Pereira* — cidade. No Índice das Sesmarias, citado, há o título — *Serra da MOMBAÇA,* ao lado do qual o organizador indica — VIDE *Cachoeira de Miguel Melo.* Esta, figura na referência de uma sesmaria, concedida em 18 de Dezembro de 1725 — "de uma sorte de terra de três léguas, para cada um, *em um riacho fronteiro á cachoeira de Miguel Melo,* na serra da *Mombaça"* — ao comissário Aires Francisco de Macedo e o capitão-mor Manuel da Silva Soares, pelo capitão-mor Manuel Francês ("Anais" cit., pág 42). Há também o registo de uma

sesmaria, datada de 11 de Fevereiro de 1734, de André Gomes Botelho, de uma sorte de terra de três léguas no riacho do *Coquedê* (ribeira da *Bombassa*), concedida pelo capitão-mor Leonel de Abreu Lima.

Milliet de Saint Adolphe regista: "*MUMBAÇA* — freguesia da Província do Ceará, no distrito da vila de S. João do Príncipe. Era ao princípio uma capela de Nossa Senhora, com algumas casas sitas nas margens da ribeira Banabuiú, a 10 léguas da cabeça do distrito de São João do Príncipe, de que ela servia de limite.

Dependeu por largo tempo esta capela da matriz de Telha, mas indo a população em aumento, a Assembleia Provincial a elevou á categoria de freguesia em 1837 ou 1838, desmembrando o termo da freguesia de Telha para formar o seu, assinalando a um e a outro por limite a serra Flamenga. Mombaça foi designada para assento de um colégio eleitoral, que constou em 1842 de 18 eleitores. Seus habitantes são brancos, índios e mestiços; cultivam algodão e os géneros ordinários do consumo e criam algum gado" ("Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil. Paris, 1845. J. P. Aillaud. — Editor. II volume; pág. 135) — O "Dic. Geog. Hist. e Desc. do Est. do Ceará" cit., ; pág. 254, refere: "MOMBAÇA — nome dado de longa data ao Sertão em que se acha o termo de Maria Pereira. Mombaça é o nome que devia ser dado ao Termo e á Cidade de Maria Pereira".

MOMBAÇA representa a denominação com que Maria Pereira foi, durante longo tempo, conhecida. Esta localidade ainda recebeu o nome de Benjamin Constant, em 1892. Pelo último Decreto-lei Maria Pereira foi substituido por *MOMBAÇA,* termo do Mun. de Senador Pompeu.

O nome — parece-nos — transplantado da África, reprodução no Ceará de um topónimo africano, a não ser que estejamos em face de mais uma daquelas corruções ou de um daqueles equívocos ou aproximativos tão comuns na onomástica, de origem popular.

O vocábulo figura nos *Lusíadas* de Camões, e o "Dicionário dos Lusíadas", cit., apresenta-o como: "cidade africana da costa oriental, entre Quiloa e Melinde".

O "Dic. Geog. Univ.", cit., traz *Mombaça* — ilha do oceano Índico, na costa oriental africana, no Zanguebar. Possuída a princípio pelos portugueses, de 1519 a 1720; depois, pelos ingleses, de 1824 a 1826. Foi visitada em 1497 por Vasco da Gama. Refere ainda que na ilha havia três aldeias, das quais a principal é *MOMBAZA,* onde se vêm as ruinas de sete fortins que os portugueses aí construiram (Tomo 7.° — pág. 18 — Abril de 1830). No Dic. de Malte — Brun, cit., á pág. 561, no 2.° vol., encontra-se *"Mombaça* — costa or. Afr. S. Melinde, Zanguebar, em ilha formada por um braço de mar e excelente porto. Com. em marfim, cera, mel, ouro, ambar, escravos, etc." (A edição do Dic. é de 1829). A propósito, ver ainda "Dictionnaire Général de Biographie et d'Histoire, etc."— Ch. Dezobry e Th. Bachelet — 3a. edição revista. 2a. parte; pág. 1823 — Ed. Dezobry — Paris), que cita *Mombaça* ou *Mombaza,* com idênticas informações no verbete respectivo.

Jacques Raimundo no seu "Toponomástico afro-brasileiro" (In "O elemento afro-brasileiro na língua portuguesa" — pág. 175) regista *Mombaça* com designação de três serras e de um rio no Estado de Minas Gerais e de uma serra no da Baía.

Vamos citar, agora, nomes referentes a sesmarias, que indicam como

vem de longe a toponímia africana, em nossas regiões. Seguem-se estes vocábulos, que não foram ainda mencionados:

BATUQUE — semaria de Caetano Freire do Prado, *das sobras de terra do Batuque, riacho do Figueiredo,* concedidos pelo Capitão-mor Luís da Mota Feo e Torres, em 10 de Janeiro de 1792 ("Anais do Arq. Pub." cit., pág. 34). Tratando de africanismos no dialecto brasileiro, Macedo Soares refere *batuque* com o abono de fr. Cannecattim, através de uma citação do termo, mas pergunta ao mesmo tempo se não será o vocábulo um derivado do português *bater* (ob. cit. — pág. 60) — Candido de Figueiredo diz provir talvez do latim *batchuque* (Dic. cit. 4a. ed.). Fr. Domingos Vieira (Dic. cit.) define *batúque* — dança africana usada pelos gentios congueses e bundas; e *batucar* — dançar o batuque. Não refere, porém, o vocábulo *batucada,* que é um brasileirismo, usado bastante no Rio, aparecendo frequentes vezes em músicas populares. — Adolfo Coelho na Introdução ao Dic. de Frei Domingos Vieira (tr. cit. — "Sobre a língua portuguesa") aponta entre os derivados novos do tema *battu* latino ou que, pelo menos, não se encontram no léxico latino, *batucar,* mas não refere *batuque.* O "Dic. Contemporaneo", planeado por Caldas Aulete, no verbete de *batuque* traz: "*s m.* dança de pretos (Angola e Congo). (Fam.) Bulha feita por quem percute alguma coisa a miúdo: Que *batuque* fazem os vizinhos! — Formação da raiz bater" E *batucar* considera formado de *batuque* -|- *ar.* Jaques Raimundo ("O Elemento afro-negro", cit., pág. 106) é quem melhor parece esclarecer a etimologia do vocábulo:— "é bailado originário de Angola e do Congo, mas, em que pese a opinião do Cardeal Saraiva, não lhe chamavam os negros *batuque,* mas os portugueses; a dansa é feita com cantos em que entra a expressão *kubat'uku,* nesta casa aqui. Daí proveio *batucu,* alt. em *batucum, batecum* e *batecu,* já por influência do verbo port. *bater.* De *bat.uku* originou-se o verbo *batucar*: *batuco* -|- *ar;* de *batucar* o deverbal batuque, que, levado á Contra-Costa, foi adoptado pelos landinos sob a forma *batchuque* (P. Raposo, *Dic. land.*). Á pág. 167 da mesma obra cita *Batuque* como topónimo afro-brasileiro: ilha do Amazonas, no rio Madeira, entre o rio das Araras e a ilha das Flexas; ilha do Estado do Rio, no litoral de Mangaratiba. — Malaret regista *batuque,* voz lunforda, na Argentina, sinónimo de escandalo, alvoroço, etc. e nome de dança no Brasil ("Dic. de Americ" — pág 64); no Uruguai — voz da giria rioplatense tomada do nome de um baile de negros ("Suplemento" — pág. 180).

CACUNDA — Sesmaria concedida ao Capitão Pedro de Sousa pelo Capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 14 de Julho de 1707, no riacho *Cucurequo,* que chamam riacho do Pinto, hoje *Cacunda,* que deságua no rio *Banabuiú,* em Morada Nova ("Anais do Arq. Pub.", cit. pág. 43). Em 10 de Fevereiro de 1708 foi concedida ao mesmo Pedro de Sousa, pelo mesmo Capitão-mor, légua e meia de terra no *riacho Cacunda* (ob. cit., págs. 43 e 44).

QUILOMBOS — sesmaria de três léguas de terra, no *olho dos Quilombos,* concedida a Caetano Guedes de Melo pelo Capitão-mor Luís Quarema Dourado, em 16 de Maio de 1753.

CACHIMBO — sesmaria de duas léguas de terra, entre os *riachos Cachimbo e Inferno,* concedida pelo Governador Manuel Inácio de Sampaio ao padre Joaquim José Coelho, em 3 de Setembro de 1813.

Cabe-nos ainda referir, no tocante a sesmarias, que nos falam dos elementos africanos da nossa colonização, a que foi registada com o nome

de — OLHO D'ÁGUA DOS NEGROS — "três léguas de terra em um *Olho d'água dos Negros,* concedida pelo Capitão-mor Leonel de Abreu de Lima em 8 de Agosto de 1733, ao capitão-mor Gregório de Figueiredo Barbalho" ("Anais" cit., pág. 150).

Se antes não mencionamos palavras da Corografia cearense, como CALOGI, MUAMBA, MUTAMBA, MULUNGU e outras, foi devido a suas etimologias africanas serem contestadas, julgando-as certos autores de proveniência indígena. O vocabulo *banana* é por muitos considerado um africanismo. No Ceará acha-se uma serra com tal denominação, pertencente ao grupo central. Há também BANANEIRA (olho dágua na redondeza da cidade de Viçosa, lugar no Município de Baturité e vila no de Cascavel) e BANANAL (arraial no Município de Baturité). (V. "Dic. Geog., Hist. e Desc. do Est. do Ceará", cit., pág. 41).

Não falta quem inclua entre os africanismos o vocábulo MACACO, que, no Ceará, é denominação de um açude no km 45 da via férrea Sobral.

Há também MACACOS, um serrote e um rio, no termo de Santa Quitéria; e uma pequena serra, entre Quixeramobim e Quixadá.

Aliás, os nomes MACACO E MACACOS figuram em sesmarias datadas das primeiras décadas do séc. XVIII (V. *"Riacho do MACACO"* e *"Riacho dos MACACOS"*. In. "Anais do Arq. Pub." cit., págs. 132, 133 e 254).

Sôbre *macaco* e *banana* faremos, por último, breves considerações etimológicas. — Urena refere *macaco* como africanismo, pertencente ao espanhol geral (ob. cit., pág. 131). Teodoro Sampaio (ob. cit., pág. 242) diz que *macaco* é vocábulo tomado dos Galibis da Guiana. O símio na língua desses índios é *macaca.* O mesmo autor, no "Vocabulário Geográfico Brasileiro", que termina a obra aludida, não refere *banana* e sim *pacoba* (ou pacova) — nome comum das musáceas ou bananeiras (v. pág. 253). — Macedo Soares ("Estudos Lexicográficos do Dialecto Brasileiro" — Imprensa Nacional — Rio, 1943, — pág. 135) num glossário, extraído da obra de Lux, cita *macaco* como "palavra bundo portuguesa, ou se quiserem, bundo-brasileira". Palavra importada da África. Candido de Figueiredo cita *macaco* como termo conguês (Novo Dic. da Ling. Port. — 4a. edição).

Jaques Raimundo cita como afro-brasileiro o voc. *macaco,* ás págs. 93 e 174 do "Elem. afro-negro", referido, mas não discorre sobre a etimologia do mesmo. Rodolfo Von Ihering, citado á pág. 239 de "O Port. do Bras.", escreve: *macaco*: a palavra portuguesa é de origem africana e designa própriamente os símios catarrinos", etc.

Banana, no citado Dic. de C. de Figueiredo vem como termo africano da Guiné. — Jaques Raimundo ("O elemento afro-negro," cit., pág. 105) diz sobre a etimologia de *banana*: — "São numerosos os autores que atribuem ao vocábulo origem africana, uns vacilantes como Pichardo (Dic. Prov.), outros com convicção, como A. Rojas (*Ens. de um dic.*) e Wiener (*Africa and the Dis. of America*); Ortiz (*Afron.*) aventa opiniões e factos, rematando pela africanidade do vocábulo.

Procede, sem dúvida, da região da Guiné e arredores: no ualofo, no fula e no mandinga (Serra Leoa e Gambia) *banana;* no sussu ou sosso *banani;* no vei e no limba ou iembê *bana;* no nsima *polen,* que é uma variante.

Mas adiante, no verbete respectivo, acrescenta: *"figu* é o nome que os cafres-tetenses dão ao fruto da bananeira *mu-figu;* os negros de Quili-

mane dizem *ni-figo* e os macuas, da ilha de Moçambique, *enika,* e os de terra firme *mnika,* que junto á pal. *banana,* deu *nanica*: (*bana*)*na mnika.*" Malaret diz ser *banana* procedente de *balatana,* corrução caribe de *plátano* ("Voc. de Puerto Rico", pág. 96 e "Dicionário de Americanismos" — 2a. edição — pág. 57) e informa não ser usado no Peru o termo aludido. ("Suplem." — pág. 167).

Teodoro Sampaio diz que *banana* foi assimilado do tupi (art. "A Língua Port. no Brasil" — In. "Rev. de Filologia e de Hist." — Tomo I — Fasc. IV, pág. 465).

Alfredo da Matta (trab. cit.) refere *bananeira* — grupo de musáceas originárias da Ásia, de espécie principal *Musa sapientum* L., etc. Nada considera, porém, sobre a etimologia do vocábulo. *Urena* (ob. cit., pág. 43) tractando da equivalência em espanhol dos termos *plátano* e *banano* comenta: "E' possível que plátano, como designação de *banano,* seja palavra distinta em sua origem, da que designa a clássica árvore do Mediterraneo: a europeia pode ter influído na forma que finalmente tomou a exótica". O mesmo autor lembra que *plátano* com o significado de *banano* já se encontra em vários autores antigos, inclusive Oviedo e outros do século XVI. São considerações que devem merecer atenção especial dos interessados, mormente partindo de quem, como Urena, tanto vale no campo da dialectologia americana.

Frei Domingos, em seu Dic. cit., no verbete de *bananeira* traz a seguinte indicação: "Em Botanica, nome vulgar da *Musa,* de Lineu; planta comum nas Índias orientais e ocidentais, nos terrenos humosos, ao pé dos regatos e ao abrigo dos ventos.

E no de *banana,* lembra que há várias espécies no Brasil: pacova, prata, maçã, figo, anã, indiana, caiena, roxa. Fala ainda em bananas da terra, de S. Tomé, e farta-te, velhaco.

O que adiciona é bem interessante, apresentando, por fim, várias locuções com o vocábulo citado. Mas não esclarece o erudito frade quanto á sua etimologia. O "Dicionário Contemporaneo da Língua Portuguesa", planeado por Caldas Aulete, apresenta o vocábulo como formado de palavra indiana. Quanto á *macaco,* Frei Domingos Vieira diz ser palavra oriunda do Congo e o "Dic. Contemp." não refere a etimologia. O primeiro, no verbete respectivo, informa que estes animais pertencem, em geral, ás regiões intertropicais do Antigo Novo Mundo (V. "Tesouro da Língua Portuguesa", cit.).

Não encontramos topónimo algum, que faça pensar em etimologia holandesa. Referimos, contudo, a denominação de uma serra — FLAMENGO — entre Tauá e Arneirós, que não logramos verificar se apresenta alguma relação com a presença do batavo em nossas regiões.

Do domínio holandês no Ceará resta-nos a lembrança do nome *Schoonenburch,* aplicado a um forte, fundado por Matias Beck.

"De 1673, quando se deu a ocupação no Ceará pelos holandeses até 1654, data em que expirou seu domínio no Brasil, diz Pompeu, não restam outros vestígios, além de alguns alicerces, um aterro ainda hoje conhecido pelo nome de *cáis do holandês,* no sítio chamado *Vila Velha* e vestígios de mineração" ("Corografia do Ceará" — pág. 271 — Rio de Janeiro, 1888).

O forte de *Schoonenburch,* assim chamado em homenagem ao governador holandês, residente em Pernambuco, era de forma pentagonal, montando onze peças de ferro (O B. de Studart grafa *Shoonenborch*).

Pompeu, o da "Corografia", informa, ainda, acreditar o povo que o recife situado ao longo da costa, e a descoberto no porto da cidade, fora formado por pedras ali acumuladas com o fim de obstruir a barra e bem assim que algumas listras vermelhas, que se vêem na face das pedras, no interior, eram inscrições flamengas (Ib., id.).

O forte de Schoonenburch foi precisamente no lugar em que, após a capitulação do Recife, os portugueses fundaram a fortaleza de Nossa Senhora da Assunção ("Ceará — Homens e Factos" — João Brígido — pág. 120). Dele há o traçado em uma planta que o Dr. José Higino ofereceu ao conhecimento dos historiadores brasileiros, através da qual se poderá observar as denominações aplicadas pelos holandeses aos factos geográficos assinalados :

MUCURIBA — (Mucurive dos portugueses); *TIPOÍG* (riacho Jacarecanga); *ITAREMA* (serra da Taquara); *MARAGOÁ* (Maranguape); *MARAJAITIBA* (riacho Pajeú); *MARAJAIK* (uma pequena colina); *PIRDO-ÇAI* (nome de uma ribeiro); *IMBOENA PONGAR* (lagoa de Parangaba); *MONDUIG* (Lagoa de Mondubim); PIRAPEBODA (Pirapora); *ITAREMA IGEOAB* (provávelmente o riacho de Taquara) e outros.

O nome *HOLANDA*, que incluimos no rol das cidades e vilas, refere-se, por certo, ao sobrenome de algum membro da conhecida família Holanda da qual existem tantos representantes no Ceará. Há quem diga que o antroponimo se por um lado, possa ter origem nobre — do fidalgo de alta linguagem Arnaldo de Holanda — de outra parte será devido, em maior projeção talvez, ao facto do povo evitando pronunciar os difíceis nomes holandeses, aqui aparecidos no domínio colonial, reuní-los todos, por economia de esforço, sob a rúbrica de Holanda.

Em estudo sobre *Antroponímia*, tractaremos do assunto com mais detalhes. Concluimos este trabalho com um escorço histórico-etimológico do vocábulo Ceará, que dá nome ao Estado.

Cada estudioso que se propôs esclarecer a origem do termo *CEARÁ*, oferece uma solução etimológica diferente, mas quase sempre ameríndia.

Um dos que primeiro enfrentaram o problema foi, de certo, Aires de Cazal, opinando no termo 2.º da sua "Corografia Brasílica" pela grafia *CIARÁ*, que no idioma indígena significaria canto da jandaia, "que he huma casta de papagaio pequeno e grasnador". — José de Alencar esposa essa interpretação etimológica, considerando-a em acordo com as regras da língua tûpi.

Teodoro Sampaio, o eminente autor de "O Tupi na Geografia Nacional" acha que a explicação *Cemo-ará* não se coaduna com os preceitos que regem a evolução das palavras, afirmando ainda que o radical *Cemo-cem* não significa canto ou cantar, mas saída, sair, saíndo. Convencendo-se da autenticidade da grafia *Ciará*, o autor bahiano afirma que esse nome designa apenas uma casta de papagaios, abundante na região, sendo que a terminação *ará* vem servir para confirmar o significado do radical *CII* ou *CI*, que em seu vocabulário da língua tupí Montoya já aplicava a uma casta de papagaios.

António Bezerra, em *"O CEARÁ* e os Cearenses", aludindo á origem do termo focalizado, declara que *CEARÁ* vem de Siará, corrutela de Sizra, nome que encontrou num exame feito ao Mapa da expedição do Capitão-mor Pero Coelho de Sousa, ao Ceará, em 1603, apenso ao livro Razão do Estado. "Entre a ponta de São Bartolomeu, sem dúvida a

ponta do Mucuripe — escreve o historiador cearense — e o rio Pirangi, hoje Ceará, lê-se a palavra *SIZRA,* que deve corresponder perfeitamente a um lugar com este nome habitado naquele tempo por índios. Esse lugar faz supor os Arpoadores, pequeno porto de jangadas e célebre ainda hoje pela abundancia do pescado. Fica entre a cidade de Fortaleza e o rio Ceará". Inquestionavelmente — prossegue António Bezerra — Siará é corrutela de *Sizra,* que passou ao rio, e dali a toda a Capitania". A princípio atribuira o citado autor a *côo* ou *suu* e *ara* a composição da palavra Ceará, chegando também a aventar a hipótese da palavra Ceará ser originária de Sahara, data a semelhança que os primeiros povoadores teriam achado entre o grande deserto africano e as terras do Ceará."

João Brígido, iniciando o volume "Ceará — Homens e Factos", um excelente repositório de dados históricos sobre o grande Estado nordestino, aborda o problema da génese do tão debatido vocábulo. Refere então a antiguidade da grafia *Siará,* que diz ser encontrada nos velhos manuscritos da Capitania, podendo ser lida" nos escritos holandeses do tempo de Gartenan na barra, actualmente de Matias Pacheco e no tempo de Matias Beck, que se instalou na colina Marajaik, defronte o regato Marajaitiba, ora Pajehú." Afirma o irrevernte jornalista que *Ceará* é *Ciri* -|- *ará,* tendo havido posteriormente a síncope da sílaba *ri,* não estranhável na pronuncia popular. "*Ciri* (correr para trás, Dic. Montoya da língua guarani) quer dizer carangueijo; *ará* é adjetivo significando claro, branco, alvacento, etc., etc.). Impressionados com a grande quantidade de *graussás,* que se encontram em nossas praias, a fugirem dos importunos, correndo para trás, até se esconderem nos orifícios da areia, os indígenas teriam proferido o termo *Siará* para designar esta zona do litoral. O nome se estenderia posteriormente da costa para o interior, abrangendo enfim toda a região, que ora se chama Ceará.

O Barão de Studart, em sua "Geografia do Ceará", considera o vocábulo formado de *c-ará,* fala ou grita o papagaio, acrescentando: "Do nome do pequeno rio a duas léguas de Poting (ou feitoria do Rio Grande do Norte) transplantado para aqui pelos Potiguaras, que acompanharam Pero Coelho. O Rio Ceará, pertencente ao Estado vizinho era muito menor que o nosso. Sobre a abundancia dos papagaios nos primeiros tempos não há dúvida, e natural é que chamasse a atenção dos indígenas".

Sem pretender impor nenhuma etimologia, e achando mesmo que, com a grafia actual, a interpretação de Teodoro Sampaio é justa, o eminente cientísta Tomás Pompeu Sobrinho oferece as explicações de fonte indígena, abaixo transcritas, as quais lhe pareceram razoáveis:

"1.° *Cei* (não querer) -|- *rá* (soltar) = não querer soltar, manter preso (algum prisioneiro notável). Um facto desta natureza pode ter sido assás notável para dar o nome a aldeia.

2.° *Cea* (saindo) -|- *rá* (sinal) = *sinal* saindo, balisa aparente, visível de muito longe. Certamente alusão ás serranias que ficam ao sul e que balisam o porto.

3.° *Ce,* contração de *acé* gente -|- *ai* (bastante, assás) -|- *rá* (marcadada, pintada) literalmente "muita gente pintada" (de genipapo?).

4.° *Cê* (também significa sair, emergir, brotar, nascer,) -|- *ai* (bastante, assás) -|- *ra* (que também significa "espiga") lugar que dá assás espiga; fértil.

5.° Menos propriamente, porém ainda admissível, faremos a seguinte análise correspondendo a grafia *Ciará: Ki* = *gui* = *ci* (aqui) -|- *a-rá*

(*a* pref. que forma adjectivos, como *y* = água, *ay* = aquoso -|- *rá* marca, sinal). *A* -|- *rá* (marcado, assinalado, balisado). *Ciará* = aqui está balisado" ("Etimologia de algumas palavras indígenas" — In "Rev. Trim. do Instituto do Ceará" — Tomo XXXIII, Ano XXXIII; pág. 218).

Recentemente, o mesmo estudioso cearense publica numa revista de Fortaleza interessantes considerações acrca do tema. ("Valor" — Abril de 1942). Á página 13 desse órgão literário escreve: "A palavra Ceará fora conhecida no Rio Grande do Norte bem antes do que aqui Lá, como cá, aplicou-se originàriamente a um pequeno e fértil rio. É, como pensava Capistrano, *tapuia,* porém não *cariri.* Deve ser mui provàvelmente *tarairiú.* Há motivos ponderosos que militam em favor dessa hipótese." *Tarairiú* — informa Pompeu Sobrinho — é a denominação que ele próprio aplicou em 1935, por motivos linguísticos e culturais, á família étnico-linguística perfeitamente caracterizada, á qual pertenciam as várias tribos que, no Ceará e no Rio Grande do Norte, ocupavam o amplo território interposto entre as zonas dos Cariris e as praias.

Vêem, pois, os leitores quão controversa é a matéria focalizada, tendo provocado o interesse científico, não só dos especialistas cearenses, como também de outros ilustres escritores, a exemplo de Teodoro Sampaio, João Mendes Júnior e mais alguns.

Não tentaremos aqui analisar as opiniões etimológicas desses autores, certas, porventura sem a necessária fundamentação científica. Entretanto, achamos plausível a formação indígena do termo, segundo uns, tupi e, na opinião de outros, *tapuia.* (V. ainda, a propósito, "Dic. e Geog Hist.", cit.; págs. 88 a 95).